



CABRAL NETO, Antonio. *A política educacional no Projeto Nordeste: discursos, embates e práticas*. Natal, EDUFRN, 1977. (262 p.).

Maria Aparecida de Queiroz
Professora do Departamento de Educação da UFRN

O trabalho de Cabral Neto analisa o *Projeto Nordeste* como uma estratégia de política governamental na área de educação, na década de 80, em parceria com o Banco Mundial para o Nordeste brasileiro. O autor situa o contexto de transição à democracia, destacando a consolidação democrática com a “Nova República”, então marcado por contradições no plano político e social. Discute sobre os “*processos supostamente democráticos do planejamento, gestão e ampliação de oportunidades*” proclamados pela esfera oficial e presentes nas práticas sociais democráticas.

Ressalta a democracia nas sociedades modernas destacando o princípio liberal que condiciona a cidadania ao status de propriedade. Nessas condições a igualdade política proclamada pela democracia moderna se contrapõe a desigualdade econômica, social e de participação política imposta aos cidadãos.

O Estado nesse contexto de democracia é analisado pelo autor segundo a ótica de alguns clássicos. Dentre esses Locke, para quem o Estado está corporificado na autoridade legislativa, garantindo a “*continuidade da reprodução sistemática da igualdade natural entre os homens, tendo como primado o trabalho*”. Nesse sentido, a desigualdade entre os indivíduos seria uma decorrência do excedente produzido pelo trabalho enquanto fruto da ganância.

Relembra Marshall para quem a idéia de igualdade perante a lei está condicionada tanto ao direito de adquirir e proteger a propriedade privada quanto ao direito do indivíduo ser reconhecido como desigual. Nesses termos, a igualdade conquistada, de fato, em alguns direitos universais - o voto, a igualdade entre homens, mulheres e trabalhadores de diversos ramos de atividade -, não é obra original do liberalismo. Senão, é por ele acatada enquanto pleito democrático no âmbito das lutas sociais, políticas e jurídicas, orientadas pelo arcabouço teórico-prático desse ideário.

O autor, baseado em Bobbio, afirma que na sociedade contemporânea o alargamento da democracia pela "articulação de mecanismos de representação" e de "participação direta" dos indivíduos na tomada de decisão, também conferiu uma nova perspectiva à democracia moderna. No caso, a democracia direta seria a complementação da "democracia representativa" enquanto fruto de uma articulação histórica. Desse modo, mesmo que a democracia não se realize como um "ideário igualitário", se constitui numa fórmula política de soberania popular, que resulta do "prolongamento natural do Estado liberal". A despeito de suas restrições, foi sob o signo da democracia liberal que as classes trabalhadoras, em particular, tiveram ganhos sociais históricos.

Referindo-se à realidade brasileira da década de 80 desenvolve uma discussão sobre a luta democrática então empreendida pelos setores organizados da sociedade civil e da sociedade política, no país, com vistas a superar o estágio de domínio dos militares e de seus aliados civis no poder do Estado. Nesse contexto, ressalta o planejamento como instrumento de intervenção, nas modalidades do planejamento tecnocrático e participativo, enquanto estratégia política particularizada na Região Nordeste.

Na época, a Região que era marcada por claras desigualdades sociais vinha sendo, desde os anos setenta, o palco da estratégia de desenvolvimento de projetos integrados. O "Projeto Nordeste", que também apresentava esse enfoque político no campo social, a exemplo de outros similares executados na Região, expressava as relações de fisiologismo e de clientelismo políticos, presentes nas práticas políticas em curso.

A proposta do *Projeto Nordeste* para educação se alinha às metas políticas de então, principalmente nos Planos Setoriais de Educação, Cultura e Desporto e nos Programas Especiais, em curso na década em questão. O *Projeto Nordeste* segue, pois, a direção do I Plano Nacional da Nova República - I PND-NR (1986-1989), redimensionada no Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República (1986-1989).

O principal propósito desse Projeto era promover a gestão democrática do sistema de ensino. Corresponhia, assim, à democratização no atendimento escolar dos setores da população historicamente excluídos desse benefício social, bem como, por meio do planejamento participativo - que ocupava a centralidade nas propostas de ação governamental - atribuir o status de alternativa pedagógica face aos interesses e necessidades da clientela a que se voltava.

A partir de 1985, a proposta de educação desse Projeto tinha como orientação política a “*democratização, desburocratização e descentralização*”, contemplando os setores pobres tanto do meio urbano quanto rural. Ao lado disso ressaltava a autonomia dos municípios, na gestão do projeto, dando ênfase, portanto, na “*implementação e operacionalização dos Órgãos Municipais de Educação*”. Essa seria a forma de melhorar a gestão e a qualidade dos serviços da educação, com incentivo aos próprios servidores.

Além dos subsídios para compreensão do *Projeto Nordeste* em suas diferentes fases, o estudo apresenta, com base no documento “*O Nordeste no Horizonte de, 15 anos*”, em uma avaliação sobre a Educação nessa Região demonstrando que as taxas de escolarização então apresentadas não se diferenciam daquelas anunciadas no início da década.

Dedica-se, também, ao exame da “*eleição direta de diretor*” de escola pública no Estado do Rio Grande do Norte, enquanto pleito político de gestão democrática. Desencadeado pelo movimento de professores, em particular a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte - APRN e concretizado em 1984, esse pleito, que em alguns momentos recebeu o apoio de setores da Educação - Técnicos, Secretário - encontrou resistência por parte dos Governadores do Estado. A forma como se desencadeou essa

estratégia nas escolas do Estado foi marcada por embates e controvérsias. Por um lado a conquista de eleições diretas registrou avanços democráticos no âmbito da gestão escolar, ao mesmo tempo que as pressões políticas faziam predominar o tradicional estilo de indicação de diretores pelos políticos.

○ trabalho é instigante, não apenas pelas análises pontuais que apresenta de aspectos abordados. Também o é no balanço crítico da política de educação a que se refere apontando dados sobre a Educação no Rio Grande do Norte e indagando sobre os descompassos entre o proclamado no projeto de democratização do ensino e o que, de fato, foi concretizado em termos quantitativos e qualitativos. Nesse ponto, questiona a qualidade das ações empreendidas pelas políticas de educação, em particular no Nordeste e no Rio Grande do Norte, em meio ao processo de democratização da sociedade brasileira e da "Nova República" - a era da *"Educação para Todos"*.

○ texto, pelas qualidades expostas, é sugestivo para leitura de educadores, Estudantes universitários, planejadores dentre outros profissionais que atuam na área de políticas públicas, em especial de educação.